

DO QUILOMBO À UNIVERSIDADE: DESAFIOS DA FORMAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR NO QUILOMBO MENINO JESUS

Áquila Farias da Silva Sampaio¹
Karlane Naomy Oliveira Dias²
Laiane Silva Brito³
Yasmin Oliveira Silva⁴
Claudia Silva Lima⁵

RESUMO

Este trabalho analisa os processos de formação educacional da comunidade quilombola Menino Jesus, localizada no interior de São Miguel do Guamá/PA, buscando compreender as desigualdades no acesso e na permanência de estudantes quilombolas nos diferentes níveis de ensino, sobretudo no percurso entre a educação básica e a universidade. Para isso, emprega-se uma metodologia qualitativa, que combina estudo bibliográfico e investigação de campo, articulando o contexto histórico-legal às experiências vividas pela própria comunidade. Essa abordagem permite integrar análise teórica e realidade empírica de modo consistente. O arcabouço teórico apoia-se em estudos sobre educação quilombola e desigualdades educacionais (Freire, 1996); (Campos, 2016); (Jesus, 2023); (Cardoso et al., 2025); (Bourdieu, 1998); (Quijano, 2005); (Hooks, 2013); (Gomes, 2024); (Almeida, 2018); (Munanga, 2005) dentre outros. Esses referenciais possibilitam compreender como barreiras estruturais, culturais e epistemológicas moldam a trajetória escolar dos moradores. Os resultados indicam que, apesar dos avanços recentes em políticas públicas, persistem fragilidades na oferta de educação básica, na formação docente, na infraestrutura escolar e nas políticas de acesso e permanência no ensino superior. Tais dificuldades são agravadas pelo racismo institucional, pela invisibilização dos saberes quilombolas e por limitações materiais que afetam diretamente a continuidade dos estudos. A trajetória da professora entrevistada Hilda Nunes Pereira, moradora que alcançou a universidade atualmente atua na escola da comunidade, evidencia que o acesso ao ensino superior exige enfrentar múltiplos obstáculos, ao mesmo tempo em que representa um ato de resistência, afirmação identitária e mobilização coletiva. Conclui-se que garantir o direito à educação no Quilombo Menino Jesus requer ações integradas que reconheçam as especificidades do território e enfrentem as desigualdades históricas que ainda o atravessam.

Palavras-chave: Educação quilombola, Formação acadêmica, Políticas Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce da necessidade de dar visibilidade às trajetórias educacionais da população quilombola da Comunidade Menino Jesus, localizada no município de São Miguel

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Filosofia, Universidade do Estado do Pará – Campus XI, bolsista PIBID, E-mail:akilafssl@gmail.com

² Graduanda em Licenciatura Plena em Filosofia, Universidade do Estado do Pará – Campus XI, bolsista PIBID, E-mail: naomyoliveirak@gmail.com

³ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade do Estado do Pará – Campus XI, bolsista PIBID, E-mail: laiane.britto2017@gmail.com

⁴ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade do Estado do Pará – Campus XI, bolsista PIBID, E-mail: yasminosilva8@gmail.com

⁵Orientadora: Coordenadora do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da UEPA Campus XI; Professora efetiva da Universidade do Estado do Pará – UEPA; Doutora e Mestra em História-UFMA; Graduada em Licenciatura Plena em Filosofia e Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Humanas/Sociologia-UFMA, E-mail: claudia.s.lima@uepa.br.



do Guamá – PA. A vivência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) nos levou a refletir de forma mais aprofundada sobre as desigualdades no acesso e na permanência de estudantes quilombolas nos diferentes níveis de ensino, sobretudo no percurso entre a educação básica e a universidade.

As leituras, observações e escutas realizadas no projeto despertaram a inquietação que orienta este estudo, conduzindo-nos ao tema “Do quilombo à universidade: desafios da formação básica e superior no Quilombo Menino Jesus”. Essa experiência ampliou nosso olhar sobre os obstáculos enfrentados por pessoas quilombolas em espaços acadêmicos — um debate ainda pouco visível na literatura educacional, o que limita a compreensão sobre o caminho percorrido entre a comunidade e o ensino superior.

A escolha pelo tema se justifica pela constatação de que ainda há poucos registros e discussões sistematizadas sobre o percurso formativo de estudantes quilombolas. As limitações percebidas ao longo de nossa formação, somadas à escassez de informações sobre a presença de quilombolas na universidade, reforçam a necessidade de investigar como esses sujeitos constroem — ou têm interrompida — sua trajetória escolar.

Ao analisar a realidade da Comunidade Quilombola Menino Jesus, especialmente a partir da entrevista com a professora Hilda Nunes Pereira — docente da educação básica (fundamental menor) há mais de 25 anos — constatamos que grande parte dos moradores não concluiu o ensino fundamental e que o acesso ao ensino médio permanece, em muitos casos, limitado ou inviável. Paralelamente, procuramos problematizar, por meio de seu relato e de sua trajetória na comunidade, a experiência da própria professora Hilda como mulher quilombola e educadora, buscando compreender os desafios enfrentados para ingressar na Universidade e permanecer e se afirmar nos espaços acadêmicos.

Embora a educação seja um direito fundamental, crianças e jovens quilombolas continuam a enfrentar barreiras estruturais, sociais, econômicas e raciais que dificultam tanto o acesso quanto a permanência na escola e na universidade. Além disso, o desconhecimento sobre direitos educacionais específicos para povos quilombolas contribui para interpretações equivocadas e limita a efetivação de políticas que deveriam garantir seu ingresso e continuidade no ensino superior.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar os processos de formação educacional das crianças e jovens do Quilombo Menino Jesus, identificando como se desenvolve a formação básica na comunidade e quais obstáculos marcam a trajetória de estudantes quilombolas rumo à universidade. Buscou-se compreender os desafios enfrentados

pelos jovens desse território para acessar e permanecer na universidade, bem como a relevância das políticas públicas estudantis na garantia do direito à educação superior.

Assim, a pesquisa articula análise teórica e observação empírica para responder à questão central: em que medida as políticas públicas têm assegurado o acesso e a permanência de estudantes quilombolas no ensino superior?

1.2 METODOLOGIA

Considerando os desafios enfrentados pela população quilombola desde a educação básica até o ingresso no ensino superior, optamos pela abordagem qualitativa, que busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências.

Para fundamentar teoricamente a investigação, adotamos pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Rodrigues, Gomes e França (2010), a escolha adequada do tipo de pesquisa influencia diretamente a qualidade do processo investigativo. Assim, realizamos uma revisão de literatura sobre educação quilombola, políticas públicas e desigualdades educacionais, orientada pelos estudos de Campos (2016); Cardoso et al. (2025); Jesus (2023); Cruz Neto (1994); Rodrigues (2010); Freire (1996); Bourdieu (1998); Quijano (2005); Bell Hooks (2013); Gomes (2012; 2019; 2024); Almeida (2018); Munanga (2005), entre outros.

A pesquisa bibliográfica, conforme Pizzani et al. (2012), constitui ponto de partida para a construção do referencial teórico e para a revisão das principais contribuições científicas sobre o tema. Já a pesquisa documental, segundo Prodanov (2013), permite organizar informações dispersas em materiais oficiais, oferecendo novo sentido às fontes. Por isso, utilizamos documentos como a Constituição Federal de 1988, a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), a Lei 10.639/2003, a Lei 12.711/2012, a Lei 14.723/2023, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e dados do IPEA (2020).

A metodologia incluiu ainda investigação de campo, por meio de uma entrevista semiestruturada com a moradora e docente da comunidade Professora Hilda. A entrevista foi realizada com autorização mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica.

A fase de campo segue a orientação de Cruz Neto (1994, p. 54), para quem a etapa exploratória é essencial para o contato direto com os sujeitos e a compreensão aprofundada da realidade estudada. Nossa objetivo, portanto, foi captar as narrativas sobre os desafios educacionais, as causas da evasão, os impactos das políticas públicas e as estratégias de

resistência e superação encontradas pelos moradores da comunidade a partir da experiência e do olhar da própria Professora Hilda.

A integração entre dados empíricos e análise teórica possibilita compreender como os fatores históricos, sociais e institucionais influenciam a formação básica e o acesso ao ensino superior entre os quilombolas. A escolha de uma metodologia mista — bibliográfica, documental e de campo — permite articular o contexto histórico-legal, a produção acadêmica e as experiências vividas, construindo uma análise crítica sobre o percurso educacional da Comunidade Quilombola Menino Jesus.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a trajetória dos desafios que a comunidade quilombola enfrenta desde a formação básica recebida até o ingresso no ensino superior é necessário entender as histórias de um povo que se construíram por meio de lutas e resistências. Com isso, de acordo com o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, a palavra quilombo significa “cabana no mato, onde se recolhem os negros fugitivos”, e quilombola, “escravo ou escrava refugiados em quilombo”. A partir dessa perspectiva, é nítido que o processo de formação dos quilombos representa lutas e resistências. Diante disso, é necessário voltar o olhar para essas lutas, que não se limitaram à ocupação de terras como forma de fuga, mas também à conquista de espaços, especialmente no campo da educação.

Dessa forma, muitos movimentos surgiram durante o século XX em prol de direitos para a população quilombola, entre eles, a luta pelos direitos civis e a igualdade racial. Nesse cenário, houveram muitas pautas levantadas pelos povos quilombolas em prol da busca de possuírem o asseguramento da qualidade de vida, acesso à diferentes espaços, ao território e a construção da identidade.

Nessa perspectiva, a Carta Magna de 1988 promulgou o direito à educação possibilitando a garantia de uma legislação na educação que reconheça tais particularidades étnicas-culturais. Neste contexto, a Lei nº 12.288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, busca estabelecer “diretrizes e políticas públicas para a promoção da igualdade racial no Brasil, incluindo medidas de proteção e promoção dos direitos dos povos quilombolas” (Novo, 2023, p. 8). Essa lei é importante porque prevê a criação de políticas que buscam reparar questões que envolvem os povos quilombolas, a exemplo de políticas afirmativas, inclusão social e econômica, buscando reduzir a discriminação vivenciadas por eles na sociedade brasileira (Barbosa, 2024, p.19).

Por esse viés, uma das grandes lutas e demandas dentro da comunidade quilombola é pelo acesso e a permanência de pessoas negras nos sistemas de educação e, por isso, se tornou um dos desafios que permeia até hoje dentro das comunidades quilombolas (Gomes, 2019, p.154).

Portanto, há nesse processo, uma força simbólica de grande representatividade, que diz respeito à resistência e à afirmação da identidade quilombola por meio da educação. Como afirmam Cardoso e Ferreira (2025, p. 2), “a ausência do ensino médio na comunidade e a oferta de um modelo modular descontínuo dificultam a formação dos estudantes e reduzem suas chances de ingressar em universidades”.

Nessa perspectiva, compreender quem são esses sujeitos que conseguiram ultrapassar os limites impostos por uma estrutura excludente e também quem não conseguiu é essencial para analisarmos como o percurso educacional quilombola é tensionado por fatores como racismo, desigualdade social, invisibilidade e falta de políticas públicas eficazes.

Os estudantes quilombolas ainda enfrentam muitos desafios para permanecer na Universidade como: preconceito e/ou racismo institucional, falta de atividades acadêmicas que abordem a realidade quilombola, dificuldades em relação ao capital informacional no espaço universitário (Campos, 2016, p. 82).

Tendo em vista um conjunto de instrumentos legais, como a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e a Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, amparando programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de forma mais específica, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, com um novo olhar para ações afirmativas do ingresso e permanência de pessoas autodeclaradas quilombolas no ensino superior atribuindo novas abordagens. Com isso, o acesso e a permanência são, sobretudo, finalidades constitucionais de toda a formação da ideia de educação voltado à transformação social (Nascimento et. al., 2024, p.09).

É fato que a construção de políticas públicas foram criadas para ampliar a inclusão educacional desse grupo, e é possível dizer que entre essas medidas, destacam-se as cotas raciais e sociais nas universidades públicas, programas de permanência estudantil como Auxílio de desenvolvimento acadêmico Indígena e Quilombola - ADAIQ e incentivos financeiros para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica como o Programa de Bolsa Permanência - PBP.

Nessa perspectiva, os estudantes quilombolas em seu trajeto de escolarização até ao ensino superior enfrentam muitos desafios. Segundo as considerações de Silva (2021, p.14) essas dificuldades são devidas as “[...] dificuldades financeiras para residir fora da

comunidade; compreensão dos percursos e ritos universitários; desafios com a linguagem acadêmica; assimilação da cultura universitária”

Por isso, o acesso à educação superior tem-se apresentado desafios no ingresso e permanência nas instituições de ensino superior, sendo um dos pontos a ser destacado é pela construção de políticas públicas por meio das ações afirmativas criadas para melhorar os agravos e tentar estabelecer o equilíbrio das desigualdades entre as populações à margem do sistema educacional, como a população quilombola (Silva, 2021, p.18).

Sabe-se que os desafios enfrentados pelas pessoas quilombolas são diversos. No entanto, quando se trata do acesso à educação desde a formação básica até o ensino superior, é perceptível a ausência de apoio em diversos aspectos sociais e econômicos, o que afeta diretamente a permanência dos estudantes quilombolas na universidade, especialmente quando precisam se deslocar de suas comunidades para estudar. Além disso, a educação oferecida nas próprias comunidades muitas vezes é limitada, tanto pela escassez de informações quanto pela falta de professores com formação específica para atuar nesses contextos.

A dinâmica de estudo na educação básica dentro das comunidades quilombolas é bastante distinta daquela encontrada nas universidades, o que pode gerar dificuldades e percepções negativas na relação entre os estudantes quilombolas e os demais discentes. Muitas vezes, até mesmo sua capacidade de cursar uma graduação é questionada, reforçando barreiras que dificultam sua permanência no ensino superior (Cardoso et. Al; 2025; p.08).

Ademais, é fato que a educação básica em comunidades quilombolas é influenciada por um contexto de resistência cultural e lutas por reconhecimento. De acordo com Freire (1996), a educação deve ser um ato político de libertação, o que pressupõe a valorização dos saberes locais e a crítica às estruturas opressoras em que os indivíduos estão inseridos. No entanto, muitas escolas quilombolas reproduzem modelos eurocêntricos, desconsiderando a história, as tradições orais e os conhecimentos ancestrais de suas comunidades. Gomes (2012) destaca que a falta de formação específica dos professores para trabalhar com a temática étnico-racial contribui para a desvalorização da identidade quilombola, gerando um currículo dissociado da realidade que os estudantes vivem.

Além disso, as condições materiais das escolas são frequentemente precárias: salas superlotadas, falta de transporte escolar e ausência de materiais didáticos contextualizados, que não consideram a história e cultura quilombola (Brasil, 2012). Logo é possível afirmar que esses fatores limitam a qualidade do ensino e reforçam o ciclo de exclusão. Por outro

lado, a DCNERERQ (2012) propõe uma educação diferenciada, que integre os modos de vida quilombolas:

[...] propõe-se pensar a educação quilombola com base nos contextos de uso do território, da etnicidade e da memória presentes nas narrativas dos sujeitos no intuito de construir metodologias que proporcionem aprendizagens tendo como ponto de partida elementos referentes às realidades locais das comunidades. Nesse sentido, romper com uma longa história de alienação e exclusão étnica e racial que se inaugura com a formação da sociedade brasileira (Carril, 2017, p.555).

No entanto, a implementação de uma educação desse nicho esbarra na falta de recursos e na descontinuidade de políticas públicas voltadas para esse público. Logo é notável que os jovens quilombolas enfrentam múltiplas barreiras para ter um processo de ensino básico de formação e consequentemente encontram dificuldades ainda maiores para acessar o ensino superior.

Bourdieu (1998) argumenta que o sistema educacional reproduz desigualdades sociais ao privilegiar o capital cultural das elites, desvalorizando culturas que por anos já foram marginalizadas. No caso quilombola, a distância geográfica das universidades, a carência de escolas preparatórias para o ENEM e a falta de acesso à internet aprofundam a exclusão.

As políticas de ações afirmativas, como cotas raciais e sociais, são um avanço, mas ainda insuficientes. Segundo dados do IPEA (2020), apenas 2% dos jovens quilombolas chegam à universidade, reflexo da ausência de políticas de assistência estudantil (como moradia e bolsas) e da falta de preparo das instituições para recebê-los. A universidade, muitas vezes, não reconhece suas especificidades culturais, perpetuando uma lógica assimilacionista (Gomes, 2012), pois a permanência no ensino superior está intrinsecamente ligada a condições materiais mínimas, frequentemente negadas a estudantes quilombolas.

Dados do IPEA (2020) mostram que 70% das comunidades quilombolas vivem abaixo da linha da pobreza, o que se reflete na dependência de programas de assistência estudantil, muitas vezes insuficientes ou descontinuados dentro de ambientes de ensino superior públicos.

A universidade, vista historicamente como elitista e eurocêntrica, opera como um espaço de reprodução de hierarquias raciais. Para Munanga (2005), o racismo institucional se manifesta na desvalorização de saberes tradicionais quilombolas e na ausência de representatividade negra no corpo docente. Estudantes relatam episódios de microagressões, como comentários depreciativos sobre suas origens ou a expectativa de que "provem" seu pertencimento étnico para acessar direitos como cotas (Gomes, 2017).

Nesse contexto, o conceito de colonialidade do saber (Quijano,2005) ajuda a compreender como os currículos universitários permanecem centrados em epistemologias ocidentais, raramente incorporando a história africana, afro-brasileira e quilombola. A ausência desses conteúdos contribui para uma sensação de inadequação e não pertencimento entre estudantes quilombolas, mesmo em um espaço que também lhes pertence por direito. Como argumenta Bell Hooks (2013), uma educação verdadeiramente libertadora exige o diálogo entre diferentes epistemologias e a desconstrução de pedagogias que silenciam vozes marginalizadas. Assim, democratizar o acesso não é suficiente: é preciso transformar as estruturas que sustentam a exclusão e produzir ambientes acadêmicos que acolham, valorizem e legitimem a diversidade de saberes. É fato que a entrada de quilombolas no ensino superior é um processo mediado por políticas que visam compensar séculos de exclusão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo teve como objetivo aprofundar a análise sobre os processos de formação educacional do quilombo Menino Jesus, comunidade quilombola localizada no município de São Miguel do Guamá/PA, no âmbito da educação básica. Buscou-se compreender os desafios enfrentados pelos jovens desse território para acessar e permanecer na universidade, bem como a relevância das políticas públicas estudantis na garantia do direito à educação superior.

Para isso, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a professora Hilda, moradora da comunidade e docente há 25 anos na escola local. A entrevistada relatou uma trajetória marcada pela resistência, pelo compromisso com a docência e pelas dificuldades históricas de acesso e continuidade nos estudos.

Segundo ela, seu percurso educacional começou de forma interrompida: durante a juventude, precisou abandonar a escola após um incêndio que destruiu o prédio onde estudava. Anos depois, já adulta, retomou os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola São Pedro, em São Miguel do Guamá. Após concluir essa etapa, ingressou no curso de magistério, onde relata ter descoberto sua vocação: “Foi onde realmente eu me encontrei, lá no magistério. Saí dali já com o desejo e a vontade realmente de ser professora.”

(Professora Hilda, entrevista pessoal, 2025).

A docente também ressalta que, embora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tenha representado uma oportunidade de retorno aos estudos, seu formato acelerado e a ausência de

conteúdos equivalentes ao ensino regular exigiram esforço adicional e grande dedicação para consolidar uma formação consistente.

Atualmente, a entrevistada atua em uma turma multiano, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, no turno matutino. Ela relata que, em anos anteriores, o ensino era multisseriado, mas a escola vem buscando adequar-se às orientações pedagógicas atuais. Ao narrar sua trajetória, a professora evidencia as dificuldades históricas de acesso à educação na comunidade, indicando que, no passado, os estudantes encerravam a escolarização na antiga 4ª série, sem prosseguimento. O ensino médio era inacessível, e o ingresso na universidade, praticamente inviável.

Nesse contexto, ela enfatiza os obstáculos relacionados à mobilidade escolar, sobretudo pela ausência de transporte e pela precariedade das vias de acesso: “O transporte era a maior dificuldade. Tinha que pegar carona com madeireiros, ou vir de carroça. Às vezes saía cinco horas da manhã, descia no Panela e vinha a pé até a comunidade” (Professora Hilda, entrevista pessoal, 2025). Segundo ela, a comunidade mencionada fica a mais de trinta minutos de distância, mesmo de carro.

Apesar das adversidades, a docente permaneceu na função motivada por seu compromisso comunitário, lembrando que já realizava atividades de evangelização e ação social antes de ingressar formalmente na carreira docente. Sua fala revela o vínculo afetivo com os moradores e a compreensão da educação como instrumento de transformação social no contexto quilombola. É possível compreender, assim, que sua trajetória — marcada pela superação de barreiras no acesso e permanência escolar — reflete desafios ainda presentes entre as gerações mais jovens da comunidade.

Ao ser questionada sobre o interesse das crianças e jovens em ingressar no ensino superior, a professora observa que o desejo existe, mas não é generalizado: “Eu vejo que alguns querem, outros nem tanto. Eles precisam trabalhar muito cedo e acabam priorizando o retorno financeiro. Não veem o estudo como prioridade” (Professora Hilda, entrevista pessoal, 2025). Ela enfatiza, ainda, a falta de políticas institucionais que facilitem o acesso dos jovens quilombolas à universidade, destacando a ausência de transporte até os centros urbanos, o que obriga muitos estudantes a se mudar, gerando custos que inviabilizam a continuidade dos estudos.

A entrevistada também reforça que a presença da universidade dentro da comunidade contribui para ampliar o interesse dos jovens: “É muito bom eles terem o incentivo de outras pessoas, como vocês aqui. A UEPA hoje fazendo esse trabalho pode ser um incentivo. Se vocês pudessem retornar mais, para dizer que eles são capazes” (Professora Hilda, entrevista

pessoal, 2025). Ela finaliza defendendo maior divulgação das ações afirmativas destinadas a estudantes quilombolas e a importância de palestras, cursinhos preparatórios e atividades extensionistas como estratégias para ampliar o acesso ao ensino superior.

A professora Hilda relata ainda que ingressou posteriormente no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará, oferecido pelo PARFOR, em Capitão Poço (PA), após longo período de tentativas. Apesar da distância e das dificuldades de deslocamento, ela concluiu o curso, destacando a relevância da formação para sua prática docente: “Quando chegou o momento e disseram que era em Capitão Poço, eu não medi esforços. Eu precisava da formação. E digo para vocês que fui muito feliz lá” (Professora Hilda, entrevista pessoal, 2025).

Os resultados da entrevista evidenciam que o percurso educacional da docente expressa processos estruturais de exclusão vividos pelas comunidades quilombolas, como o acesso tardio à escolarização, a dependência da EJA e as dificuldades de mobilidade. Sua experiência confirma a docência quilombola como prática política e identitária, articulada à resistência e à preservação cultural, em consonância com a perspectiva de Gomes (2024), ao afirmar que: “O Movimento Negro Educador pode ser compreendido como um educador coletivo, que constrói e dissemina saberes emancipatórios, desafiando o racismo estrutural e propondo uma nova epistemologia política” (Gomes, 2024, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou os processos educacionais vivenciados pela comunidade quilombola Menino Jesus, no município de São Miguel do Guamá, contemplando desde a formação básica até os desafios enfrentados para o acesso ao Ensino Superior. Os resultados apresentados foram produzidos a partir das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Este artigo, oriundo de um estudo em andamento, buscou compreender os desafios que marcam a trajetória educacional dos moradores da comunidade, focalizando especialmente o caminho entre a educação básica e o ingresso no ensino superior. Na fase inicial da pesquisa, observou-se que, apesar dos avanços proporcionados por políticas públicas — como as ações afirmativas, os programas de permanência estudantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola — persistem barreiras estruturais, econômicas, sociais e culturais que dificultam o acesso à universidade.

O percurso do quilombo até a universidade é atravessado por desafios que incluem a precarização da educação básica, muitas vezes oferecida de forma descontinuada e

descontextualizada, bem como a vivência do racismo institucional, a invisibilização dos saberes quilombolas e a insuficiência de políticas de permanência que considerem as especificidades culturais e socioeconômicas dessas populações.

A análise também evidenciou que tais obstáculos não se limitam à dimensão material: eles são simbólicos, epistemológicos e estruturais. O modelo educacional vigente, frequentemente orientado por uma lógica eurocêntrica, pouco incorpora as epistemologias negras e quilombolas, contribuindo para sentimentos de não pertencimento e reforçando ciclos de exclusão. Soma-se a isso a dificuldade de deslocamento, o distanciamento das comunidades de origem, a falta de recursos financeiros e a escassez de redes de apoio, que intensificam a vulnerabilidade dos estudantes quilombolas no ensino superior.

Apesar das inúmeras adversidades vivenciadas pela comunidade, verificou-se que a presença de estudantes quilombolas na universidade — ainda que rara — constitui um ato profundo de resistência, afirmação identitária e reivindicação de pertencimento. Na realidade do Quilombo Menino Jesus isto se materializa de forma emblemática na trajetória de uma **mujer que alcançou o ensino superior: a própria professora da comunidade**. Sua caminhada reflete, de modo singular, o conjunto de desafios enfrentados pelos jovens quilombolas no acesso e permanência na educação formal.

Sua história evidencia que chegar à universidade não é apenas um objetivo individual, mas a expressão de um processo coletivo de luta. A professora carrega consigo expectativas, esperanças e projeções de todo um povo que, historicamente, teve negado o direito à escolarização plena. Seu percurso escolar — marcado por longas distâncias, precariedades estruturais, ausência de políticas educacionais específicas e racismo institucional — revela as desigualdades que ainda persistem entre contextos urbanos e comunidades tradicionais.

As reflexões aqui apresentadas reafirmam que garantir o direito à educação às populações quilombolas — e, especificamente, à comunidade Menino Jesus — não constitui apenas uma obrigação constitucional, mas um caminho indispensável para a superação das desigualdades históricas e para a construção de uma sociedade efetivamente democrática e antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra M. **Quilombos e Universidade: entre dilemas e resistência**. São Paulo: Editora CRV, 2018.
- BARBOSA, Hernany Moisés Braga. **Formação docente e educação quilombola no quilombo Rosa de Saron, em Tomé-Açu**, Pará. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.288, 20 de Julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 20 julho 2010

CAMPOS, Laís Rodrigues. Do quilombo à universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará – Campus Belém quanto à permanência. 2016. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016.

CARDOSO, Leiciane Miranda; FERREIRA, Sara Brigida Farias. **Educação quilombola e ensino superior: desafios, barreiras e o impacto das políticas afirmativas.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 8, n. 18, p. 1–15, jan./jun. 2025.

CARRIL, Louder de Fátima Bezerra. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 69, p. 539–564, abr./jun. 2017.

CRUZ NETO, Oswaldo. Pesquisa qualitativa: reflexões epistemológicas e metodológicas. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 49–72.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador, saberes emancipatórios e a construção de um projeto democrático.** Revista Linguagem em Foco, v. 16, n. 4, p. 12–33, 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador.** Petrópolis: Vozes, 2012.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IPEA. Políticas sociais para comunidades quilombolas. Brasília: IPEA, 2020.

JESUS, Leandro Santos Bulhões de; RIBARD, Franck Pierre Gilbert (org.). **Nós na universidade: negros, indígenas e quilombolas entre negociações, afirmações e disputas.** Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2012.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro et al. **Educação escolar quilombola e o acesso ao ensino superior público brasileiro.** Thema: Revista Científica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, v. 23, n. 1, p. 205–223, 2024.

NOVO, Benigno Núñez. **Dos direitos dos povos quilombolas.** Nova Escola, 2023.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição.** Editora Feevale, 2013.

PROFESSORA HILDA. **Entrevista pessoal.** Comunidade Menino Jesus, São Miguel do Guamá – PA, 12 fev. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRIGUES, Adriano César; GOMES, Simone Albuquerque; FRANÇA, Rubens Alves. **Pesquisa social: fundamentos e estratégias.** São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Joselina da. **Quilombolas na universidade: trajetórias de resistência.** Salvador: EDUFBA, 2021.